

Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias



Apoio a mecanismos de reforço da Igualdade e Não-Discriminação (IGND) no saneamento rural (Parte 2 de 2)

Jeremy Kohlitz, Naomi Carrard e Juliet Willetts,
Universidade de Tecnologia de Sydney – Instituto de
Futuros Sustentáveis

Número 13, Julho de 2019

CLTS Knowledge Hub at



www.communityledtotalsanitation.org



Sobre o CLTS Knowledge Hub

O IDS tem vindo a trabalhar em apoio do Saneamento Total Liderado pela Comunidade (CLTS) desde que este começou. O CLTS tornou-se agora um movimento internacional do qual o IDS é o núcleo de saber reconhecido.

O Knowledge Hub dedica-se a compreender as realidades da prática de CLTS no terreno e a estudar, divulgar e promover boas práticas, ideias e inovações que conduzam a maior sustentabilidade e maior escala. Procuramos manter a comunidade de CLTS bem interligada e informada, e dar espaço para reflexão, aprendizagem contínua e troca de conhecimentos. Trabalhamos em colaboração com profissionais no terreno, decisores políticos, investigadores e outras pessoas que trabalham com desenvolvimento, saneamento e as comunidades envolvidas nestas questões.

Em última análise, o objectivo fundamental do núcleo é contribuir para a dignidade, saúde e bem-estar das crianças, das mulheres e dos homens do mundo em desenvolvimento que sofrem actualmente as consequências de um saneamento inadequado ou inexistente e de falta de higiene

Capa

AGREGADO FAMILIAR DO PROGRAMA
CHOPA RESIDENTE EM TRA VINH,
VIETNAME. FUNDAÇÃO EAST MEETS
WEST

FOTO: MORGAN OMMER

Apoio a mecanismos de reforço da Igualdade e Não-Discriminação (IGND) no saneamento rural (Parte 2 de 2)

**Jeremy Kohlitz, Naomi Carrard e Juliet Willetts, Universidade de
Tecnologia de Sydney – Instituto de Futuros Sustentáveis**

Citação correcta: Kohlitz, J., Carrard, N. & Willetts, J. (2019) "Apoio a mecanismos de reforço da Igualdade e Não-Discriminação (IGND) no saneamento rural (Parte 2 de 2", *Fronteiras do CLTS: Inovações e ideias* 13, Brighton: IDS

Primeira edição 2019

© Institute of Development Studies 2019

Alguns direitos reservados – ver licença de direitos de autor para mais informação.

ISBN 978-1-78118-579-7

Para mais informações, contacte:

CLTS Knowledge Hub, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, BN1 9RE

Tel: +44 (0)1273 606261

Email: CLTS@ids.ac.uk

Site: www.communityledtotalsanitation.org

Esta série foi licenciada com uma licença Creative Commons de Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 3.0 Não Adaptada (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>).

Atribuição: Deve atribuir o devido crédito da maneira especificada pelo autor ou licenciante.

NãoComercial: Não pode usar este trabalho para fins comerciais.

SemDerivações: Não pode alterar, transferir ou transformar este trabalho.

Os utentes podem copiar, distribuir, exhibir, traduzir ou levar à cena este trabalho sem autorização por escrito. Para cada novo uso ou distribuição, deve deixar claro para terceiros os termos da licença desta obra. Se usar o trabalho, pedimos que faça referência ao site do CLTS (www.communityledtotalsanitation.org) e envie uma cópia do trabalho ou um link para a sua utilização em linha para o seguinte endereço: CLTS Knowledge Hub, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, BN1 9RE, Reino Unido (CLTS@ids.ac.uk).

Este documento foi financiado pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional, ASDI. A ASDI não partilha forçosamente os pontos de vista expressos neste material. A responsabilidade do conteúdo cabe exclusivamente ao autor.



Agradecimentos

Sinceros agradecimentos dos autores a Andy Robinson, Gabrielle Halcrow, Anne Mutta, Jamie Myers e Naomi Vernon pela revisão do texto e comentários. Obrigado também a Hanh Nguyen, Anne Mutta e Louise Maule pela partilha de informação sobre os estudos de caso e a sua análise.



Apoio a mecanismos de reforço da Igualdade e Não-Discriminação (IGND) no saneamento rural (Parte 2 de 2)

Introdução

Está a haver um enfoque renovado na equidade impulsionado pelo quadro dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento e pelo Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 6.2, que sublinham a importância de um saneamento adequado e equitativo para todos. O Saneamento Total Liderado pela Comunidade (*Community-Led Total Sanitation*, CLTS) baseia-se na ideia de que melhoramentos colectivos continuados no saneamento funcionam melhor quando as comunidades identificam e dirigem as suas próprias soluções de saneamento, na sequência de experiências globais de adopção desigual de latrinas. No entanto, como se refere na [Parte 1](#) desta publicação sobre Igualdade e Não-Discriminação (IGND), tem-se comprovado que os processos de CLTS para alcançar resultados em toda a comunidade nem sempre são sistemáticos, adequados, prolongados ou suficientes para satisfazer as necessidades de grupos desfavorecidos (House *et al.* 2017).

Para garantir resultados equitativos, está a dar-se cada vez mais atenção a mecanismos de apoio suplementares que complementam os processos convencionais de criação de procura, mudança de comportamento, empoderamento da comunidade e acção comunitária. Embora a ideia de mecanismos suplementares de apoio ao CLTS não seja nova (Papafilippou *et al.* 2011), tem sido escassa a sua implementação sistemática no CLTS e noutras abordagens de programas de saneamento. O imperativo de mecanismos de apoio também aumentou, dada a constatação que está a surgir de que, nalgumas circunstâncias, se tem comprovado que há maior probabilidade de os agregados familiares desfavorecidos voltarem ao fecalismo a céu aberto ou não chegarem a construir uma latrina de boa qualidade (Cavill *et al.* 2016; Robinson & Gnilo 2016), donde a necessidade de um meio-termo em que haja um equilíbrio de empoderamento e mudança de comportamento com formas de apoio cuidadosamente aplicadas (Willets & Powell 2016).

Os processos convencionais de CLTS podem nem sempre precisar de mecanismos de apoio suplementares para criar resultados equitativos – o CLTS pode verificar-se eficaz para obter resultados em toda a comunidade, especialmente se as condições forem favoráveis (ver Kar & Chambers 2008). É evidente, porém, que os programas de saneamento rural em geral devem tornar-se mais maleáveis e ponderar como as possíveis estratégias de apoio se podem adequar a um determinado contexto.

Definição de «apoio»

Neste número, usamos uma definição ampla de «apoio» para criar resultados equitativos. Embora muitas vezes nos venham imediatamente à mente os subsídios financeiros e materiais, uma concepção prática mais ampla do apoio precisa de abranger mecanismos de componentes materiais e abordagens com um enfoque não material, a também várias combinações destas duas perspectivas (Myers *et al.* 2017; ISF-UTS & SNV 2018).

Pode obter-se apoio de todos os níveis do governo, de organizações da sociedade civil, locais ou internacionais, de dentro das comunidades, de redes familiares (dentro e fora das comunidades) e de agências de desenvolvimento (ISF-UTS & SNV 2018). As abordagens convencionais do CLTS geralmente encorajam o apoio baseado na comunidade, por intermédio de agregados familiares da comunidade, que oferecem terra, materiais e mão-de-obra a outros membros da comunidade que deles necessitem (Musembi & Musyoki 2016, ver também as imagens à direita). Também há espaço, porém, para os programas de saneamento rural utilizarem um leque mais amplo de mecanismos de apoio, incluindo os mecanismos institucionais, como se descreve nesta publicação.

Consideramos apoio que abrange múltiplas combinações de mecanismos, financeiros, em espécie e imateriais, que vão além dos processos convencionais de apoio ao CLTS (mas muitos fundem-se com eles). Damos especial atenção à maneira como esses mecanismos podem ser concebidos para fazer face aos desafios enfrentados por indivíduos e grupos desfavorecidos. A Figura 1 mostra um leque de mecanismos de apoio. É fundamental a integração de mecanismos de apoio nas estratégias, nas políticas, nos orçamentos e nos processos de monitoria do governo e de outras instituições para passar de um enfoque na equidade assente em projectos para um enfoque institucionalizado. Por isso, a institucionalização é colocada no centro da figura. O ideal é que o governo local seja o actor central que conduz o processo.



O Comité de Desenvolvimento da Aldeia ajudou recentemente Tabieni a construir uma latrina (Maláui).
Foto: WSSCC/Suzanne Ferron



Uma orgulhosa proprietária de uma casa de banho nova, que teve subsídios para reduzir os custos de construção, Mekong, Vietname.
Foto: Juliet Willetts

Figura 1 : Potenciais mecanismos de apoio que os implementadores de programas de saneamento

Fornecer vales de desconto para comprar um determinado produto no mercado, nalguns casos com reembolso (do governo ou de outro interveniente), a um fornecedor privado, a fim de incentivar que se chegue aos grupos desfavorecidos.

Advogar e justificar, com base em dados factuais, abordagens que apoiem grupos desfavorecidos no acesso ao saneamento, incluindo a participação dos responsáveis na recolha de evidência, para criar motivação e empenho.

Fazer pesquisa formativa com vários grupos e aproveitar a experiência local para adaptar a cada caso a mobilização social, a comunicação de mudança de comportamento e as intervenções de criação de procura, de modo a que reflectam as necessidades e os desafios de grupos desfavorecidos em áreas específicas.

Promover tecnologias de saneamento inclusivo que cubram as necessidades das mulheres, das pessoas que vivem com deficiência e de outros grupos, e que apoiem os executores e os pedreiros na concepção e construção destas essas tecnologias.

Incentivar ou motivar os líderes locais a juntar recursos e mão-de-obra da comunidade local para ajudar os agregados familiares desfavorecidos sem acesso ao saneamento e para monitorar o progresso ou para facilitar outros mecanismos de apoio.



Empre

Institucionaliz
concebidos para
desfavorecidos
estratégias, progr
de saneamento do g
actores



O ideal é
o govern
dirigir o



Líderes
comunitários

POTENCIAIS
DE APOIO E
COMBINAÇÃO
OU

ento rural podem usar para apoiar grupos desfavorecidos



resas

ar mecanismos
a apoiar grupos
nas orientações,
mas e orçamentos
governo e de outros
locais.



que seja
no local a
processo.

Sociedade
civil



Oferecer uma compensação monetária ao agregado familiar depois de verificar a construção das latrinas. Adiantamento de dinheiro ou em espécie (por exemplo, para materiais) para o agregado familiar.

Incentivar modelos de negócios inclusivos que comercializem produtos e serviços acessíveis que satisfaçam as necessidades das mulheres, das pessoas com deficiência ou de outros grupos, e ponderar subvenções cruzada de produtos e serviços de forma a garantir inclusão.

Facilitar microempréstimos subsidiados ou não subsidiados, por intermédio de uma instituição de microfinanças, uma cooperativa local ou um grupo comunitário de auto-ajuda ou poupança.

Criar associações de poupança e crédito, incluindo fundos rotativos.

Cooperar com organizações da sociedade civil, grupos comunitários e outras organizações especializadas na defesa de grupos desfavorecidos na planificação, implementação e monitoria de projectos de saneamento.

S MECANISMOS
PARA USAR EM
ÃO UNS COM OS
TROS

Reforçar a evidência

Embora haja razões para acreditar que é necessário apoio especificamente dirigido a indivíduos e grupos desfavorecidos, são precisos dados mais sólidos que comprovem o que funciona. Os subsídios financeiros e em materiais, dois dos mecanismos de apoio mais comumente referidos, são controversos no sector de Água, Saneamento e Higiene (*Water, Sanitation & Hygiene, WASH*), devido a preocupações generalizadas de captura por parte da elite e também de que o apoio externo prejudicará a auto-ajuda, criando expectativas de subsídios (WASHPaLS 2018), com poucas provas da sua eficácia (Venkataramanan *et al.* 2018; WASHPaLS 2018).

Para reunir informação sobre esta questão, foram compilados dados de 50 programas de CLTS e saneamento rural em todo o mundo que utilizaram significativamente mecanismos de apoio.¹ Na nossa revisão análise dos programas, constatámos que, embora tivessem sido realizados numerosos ensaios, poucos tinham sido realizados a grande escala, poucos tinham sido feitos fora da Ásia e muitos não tinham dados de monitoria e avaliação desagregados, que fossem publicamente partilhadas ou que tivessem sequer sido recolhidos.

Esta questão vem, portanto, sublinhar a importância dos processos de **monitoria, avaliação e partilha de conhecimento** na criação de um conjunto de dados rigorosos para facilitar os resultados equitativos de saneamento rural. Esses processos são também importantes para orientar a adaptação de programas, das três maneiras seguintes:

- Em primeiro lugar, para obter a combinação certa de mecanismos de apoio que consigam chegar às pessoas necessitadas num determinado meio, podem ser necessário alguns ensaios e afinações que exigem monitoria e avaliação minuciosas.
- Em segundo lugar, há um risco efectivo de que alguns mecanismos de apoio, particularmente os subsídios financeiros ou baseados em materiais, possam prejudicar a criação de procura e isso deve ser detectado o mais cedo possível.
- Em terceiro lugar, é necessária monitoria a longo prazo para assegurar que os resultados equitativos se mantenham. Os projectos de saneamento rural devem ser avaliados em função dos objectivos de alcançar grupos desfavorecidos, de acordo com a meta 6.2 dos ODS sobre saneamento equitativo para todos, dando «especial atenção às necessidades das mulheres e raparigas e das pessoas em situação vulnerável».

¹ Dados compilados por Andy Robinson e Jamie Myers.

Pensar primeiro no fim: planificar para o êxito

Antes de um programa ou serviço ser implementado, é importante:

1ª Etapa: Definir o que o programa pretende alcançar em termos de igualdade e inclusão (ou seja, o que é que se considera ter êxito no programa).

2ª Etapa: Planificar estratégias para identificar que indivíduos e que grupos podem precisar de apoio.

3ª Etapa: Aplicar uma combinação de mecanismos de apoio.

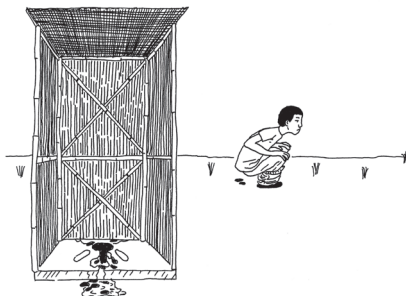
4ª Etapa: Estabelecer sistemas de monitoria que acompanhem o progresso em direcção aos objectivos.

5ª Etapa: Definir processos para aprendizagem e partilha de conhecimentos

Cada uma dessas etapas é discutida nas secções seguintes.

1ª Etapa: Definir o que se considera ter êxito no programa

As constatações que estão a surgir e a linguagem explícita do ODS 6.2 sublinham a importância do estatuto Livre de Fecalismo a Céu Aberto (*Open Defecation Free, ODF*) em toda a comunidade e do saneamento gerido com segurança, também para grupos desfavorecidos. As Directrizes de Saneamento e Saúde da OMS de 2018 recomendam o seguinte: «As intervenções de saneamento devem assegurar a cobertura de comunidades inteiras com casas de banho seguras, que, no mínimo, contenham os excrementos com segurança e procurem ultrapassar as barreiras tecnológicas e comportamentais à sua utilização» (WHO 2018). Além disso, toda a comunidade deve usar sempre latrinas, para otimizar melhorias nas condições ambientais e os benefícios delas resultantes para a saúde (Cronin *et al.* 2017; Cumming & Curtis 2018). É, pois, importante confirmar que as casas de banho estão de facto a ser usados por todos e não foram apenas construídas.



Outra pesquisa que examina as experiências dos programas de saneamento rural em cinco países sublinha a importância de conceber cuidadosamente mecanismos de apoio para fortalecer os processos em cada país e evitar efeitos adversos (ISF-UTS & SNV 2018). Com base nessas recentes constatações, identificamos cinco dimensões de êxito dos mecanismos de apoio para assegurar a cobertura total:

1. Todos, incluindo grupos desfavorecidos, passam a ter acesso a instalações de saneamento adequadas e aceitáveis.
2. Todos usam sempre instalações de saneamento que se conservam ao longo do tempo.
3. Os mecanismos de apoio são institucionalizados nos processos governamentais, privados e de outros sectores.
4. Os mecanismos de apoio financeiro ou com materiais para aumentar o acesso ao saneamento numa certa zona não impedem involuntariamente o progresso noutras zonas nem prejudicam os mercados de WASH.
5. O custo dos mecanismos de apoio não é proibitivo para o aumento de escala.

2ª Etapa: Âmbito e identificação de grupos desfavorecidos

Para se assegurar igualdade e não-discriminação no saneamento, é preciso que as agências de apoio identifiquem quem está em desvantagem no acesso ao saneamento (Roaf *et al.* 2018). Como se descreve na Parte 1 desta publicação, é necessária uma identificação rigorosa de indivíduos e grupos desfavorecidos para reduzir os riscos e fazer face às barreiras que se colocam aos mais desfavorecidos para construção e manutenção de uma latrina, assim como na monitoria dos resultados para esses grupos específicos (House *et al.* 2017).



Levar pessoas locais importantes a participar no processo. Ilustração: WEDC/Rod Shaw

Principais lições sobre identificação de grupos

Os grupos que são comumente identificados como desfavorecidos podem ou não precisar de apoio para construir uma latrina, ter acesso a ela ou fazer a sua manutenção (House *et al.* 2017). Além disso, as pessoas que necessitam de apoio podem ser excluídas, se os critérios de elegibilidade para apoio não forem suficientemente inclusivos, ou se os obstáculos à entrada forem muito elevados (por exemplo, se, para participar, for necessário ser alfabetizado ou ter transporte para o local do projecto). Para tentar corrigir esses erros de inclusão e exclusão, há três lições a ter em mente ao procurar identificar quem precisa de apoio para ter acesso ao saneamento (ISF-UTS & SNV 2018):

- **Questione os pressupostos** e baseie-se em factos documentados sobre quem precisa de apoio, para assegurar que ninguém é deixado de lado e para ajudar na priorização de estratégias de apoio.
- Em diferentes abordagens para identificar grupos desfavorecidos, há **compromissos** entre simplicidade, transparência e abrangência – procure ser inclusivo e apoiar as pessoas certas no acesso aos mecanismos de apoio, mas não torne a abordagem excessivamente complicada.
- A identificação de grupos desfavorecidos **não deve ser um processo pontual**, mas deve antes ser retomada mais que uma vez e deve-se sempre ir-lhe dando atenção à medida que o programa progride.



Consultas a homens e mulheres idosos, Katmandu, Nepal. Foto: WSSCC/Javier Acebal



Mulheres que participam num evento de despertar para o CLTS na Zona Autárquica de Obanliku, Nigéria. Foto: United Purpose/Jason Florio

O Quadro 1 descreve vários métodos de identificação de grupos desfavorecidos e os seus prós e contras.

Quadro 1: Métodos para identificar grupos desfavorecidos

Método	Prós
Utilização de fontes de dados existentes (por exemplo, dados de censos, pesquisas demográficas de Saúde ou sistemas de identificação da pobreza) (ver estudo de caso 1, p. 22).	<ul style="list-style-type: none">• O alinhamento com fontes do governo facilita o alinhamento com os programas existentes de redução da pobreza e de protecção social.• Potencial para envolver e melhorar os sistemas de monitoria do governo.• Pode definir categorias claras de quem receberá ou não receberá apoio.• A utilização de pesquisas internacionais standard contribui para uma mesma abordagem nos vários países.
Avaliação independente do rendimento, bens ou outras características dos agregados familiares (por exemplo, visitando domicílios ou avaliando-os quando solicitam apoio) (ver estudo de caso 2, p. 25).	<ul style="list-style-type: none">• Permite uma abordagem mais detalhada e adaptada à contextos específicos.• A avaliação visual dos bens pode ser mais prática e mais correcta que a declaração de rendimentos.• Pode identificar mais facilmente a desigualdade entre os membros do agregado familiar.•
Facilitação de uma auto-avaliação dirigida pela comunidade (ou dirigida pelo governo local).	<ul style="list-style-type: none">• Promove a transparência e a autodeterminação ao nível da comunidade.• Tem acesso ao conhecimento local sobre desigualdades e desvantagens.• Facilita uma abordagem baseada em consenso para adequar o apoio disponível às necessidades.
Parceria com uma organização local (por exemplo, um grupo de advocacia em prol de pessoas com deficiência que tenha um bom conhecimento das comunidades locais).	<ul style="list-style-type: none">• Utiliza conhecimentos locais e os conhecimentos da comunidade de quem pode estar em desvantagem.
Segmentação geográfica/zonal (ou seja, identificação de zonas onde todos os agregados familiares são considerados pobres).	<ul style="list-style-type: none">• É fácil definir os limites de quem receberá apoio.• É uma abordagem relativamente barata e que pode ser aplicada a uma escala maior.
Concessão de apoio que só seja atraente para quem realmente precisa (por exemplo, subsídio de materiais para latrinas simples numa zona onde os agregados familiares mais ricos aspiram a fossas sépticas).	<ul style="list-style-type: none">• Pela sua natureza, limita os erros de inclusão (pessoas que não precisam de apoio).

Fonte: Adaptado de ISF-UTS (2016), Jenkins & Pedi (2013) e WASHPaLS (2018)

Contras	
	<ul style="list-style-type: none"> • As fontes do governo podem centrar-se apenas na desigualdade económica. • As definições oficiais de pobreza podem não reflectir rigorosamente a realidade. • Os dados podem ser de má qualidade, não verificados, inexistentes ou desactualizados. • Os dados podem não ser actualizados com frequência.
	<ul style="list-style-type: none"> • É morosa, caro e difícil de aplicar a maior escala. • A declaração dos rendimentos pelo próprio pode ser claramente incorrecta. • Potencial para não incluir as pessoas elegíveis para apoio se estas não se apresentarem.
	<ul style="list-style-type: none"> • Pode causar polémica no seio da comunidade sobre quem se considera que precisa de assistência. • Requer recursos humanos significativos para administrar e gerir de forma sensata. • Difícil de gerir a grande escala. • Risco de captura pela elite/corrupção.
	<ul style="list-style-type: none"> • Pode ser demorado e vulnerável a descaminhos ou corrupção. • Pode não ser aplicável a maior escala, se a organização parceira não estiver presente em todas as áreas geográficas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Maior risco de incluir no apoio pessoas que não são pobres, ou excluir os pobres. • Centra-se apenas na desigualdade económica. • Pode contribuir para a estigmatização de uma zona. • Pode criar expectativas de apoio semelhante nos bairros vizinhos.
	<ul style="list-style-type: none"> • É difícil de conceber de forma eficaz. • Nem todos os que precisam do apoio podem aproveitá-lo.

3ª Etapa: Aplicar uma combinação de mecanismos de apoio

São possíveis muitos mecanismos de apoio diferentes (ver a Figura 1). É importante ponderar como as possíveis estratégias de apoio se podem **adequar a um determinado contexto**. Por exemplo, algumas zonas rurais têm uma ligação mais próxima com mercados e autarquias do que outras, ou têm maior ou menor coesão social, e esses factores podem afectar a eficácia das estratégias de apoio escolhidas. Dado que a literatura existente sobre mecanismos de apoio se centra em subsídios financeiros e de materiais, e estes também aparecem nos estudos de caso referidos nesta edição, damos a seguir mais informação sobre outras formas de mecanismos de apoio:

Motivar os líderes locais a juntar recursos: Embora este mecanismo frequentemente faça parte das intervenções tradicionais de CLTS, muitas vezes não é implementado de forma sistemática para se dirigir especificamente a todos os grupos desfavorecidos. Um exemplo do Nepal mostra que, além de mobilizar apoio local para os agregados familiares que não tinham condições económicas para ter uma latrina, os líderes locais também recorreram a um mobilizador social muçulmano para fazer visitas porta-a-porta entre a população muçulmana, o que aumentou a aceitação no seio desse grupo, que estava a ser deixado de lado (ISF-UTS & SNV, 2018). Incentivos aos líderes locais para apoiarem resultados equitativos podem ajudar, mas devem ser cuidadosamente planificados e promovidos. Por exemplo, estes líderes podem ser formalmente reconhecidos, aumentando assim o seu estatuto, ou os escritórios locais podem receber transferências monetárias condicionais concebidas para os motivar a alcançar resultados de saneamento equitativos (**ver estudo de caso 1, p. 22**).

Incentivar modelos de negócios inclusivos: O sector privado pode ter um papel importante para permitir a construção de latrinas, mas nem sempre considera os pobres clientes lucrativos. Ajudar empresas de saneamento a desenvolver um sentido de «responsabilidade social» e planos de negócios que lhes permitam oferecer produtos e serviços acessíveis (ou feitos à medida), sem prejudicar os seus resultados financeiros pode ajudar a criar equidade. Veja-se, por exemplo, a abordagem da iDE para a comercialização de saneamento em prol dos pobres no Camboja (iDE, s.d.). Nalguns casos, pode ser necessária intervenção complementar do governo para fornecer apoio ou incentivo para as empresas chegarem aos desfavorecidos (especialmente onde as economias de escala são de difícil execução, em zonas remotas) (Gero & Willetts, 2019).



Casa de banho construída para pessoas com deficiência em Dacca, Bangladexe. Foto: Juliet Willetts



O *Easy Shelter* ("Abrigo Fácil") standard.
Foto: iDE Camboja



O *Ring Shelter* ("Abrigo Redondo"), uma alternativa mais básica e mais acessível.
Foto: iDE Camboja

Fazer pesquisas formativas: Os comportamentos, atitudes, conhecimentos e práticas relativamente ao saneamento dependem muito do contexto. Pode fazer-se pesquisa formativa para os compreender melhor e para compreender melhor como diferem de grupo para grupo, para ter em conta na concepção de mecanismos combinados de apoio e para obter contributos de potenciais beneficiários. Veja-se, por exemplo, a pesquisa da SNV sobre uso de latrinas e lavagem de mãos com sabão, que investigou diferenças entre grupos étnicos e religiosos no Nepal (SNV, 2015). Envolver as partes interessadas das autarquias nessas pesquisas pode levar a importantes resultados de aprendizagem experiencial para contribuir para o empenho dos líderes locais em chegar a toda a gente.



Sessão de pesquisa formativa sobre a experiência de pessoas com deficiência relativamente a WASH. Uma senhora de Sarlahi, que não ouve nem fala, partilha as suas experiências sobre o uso da água e higiene pessoal, SNV Nepal. Foto: Vijay Yadav, Organização Local de Pessoas com Deficiência, Sarlahi, em nome da SNV Nepal

Advogar abordagens baseadas em dados factuais: Para chegar a toda a gente, os formuladores de políticas e outros responsáveis pela garantia de acesso seguro ao saneamento devem basear-se em factos documentados existentes. Os dados factuais encontram-se muitas vezes, porém, em publicações difíceis de interpretar (por exemplo, artigos de revistas científicas e longos relatórios técnicos). Quem trabalha com advocacia do saneamento rural deve apoiar investigação dirigida pelas pessoas locais sobre os obstáculos que se colocam às famílias desfavorecidas, bem como ajudar a interpretar e a traduzir a informação rigorosa numa linguagem compreensível e fazer sensibilização para as vantagens das abordagens assentes em dados factuais.

Promover tecnologias de saneamento inclusivas: As pessoas que vivem com deficiências podem exigir planificação e orçamento específicos no quadro das intervenções, para atender às suas necessidades. Executores, líderes locais e outros podem exigir formação e sensibilização sobre as questões da deficiência, podem ser necessárias análises participativas e dos obstáculos ao acesso, e pode ser preciso formar pedreiros locais para construir latrinas adaptadas às deficiências. O Número 3 de *Fronteiras do CLTS*, “Deficiência: Tornar o CLTS Plenamente Inclusivo”, discute esta área mais em pormenor.



Auditoria de acessibilidade, Níger. Foto: WEDC/Hazel Jones



Casa de banho construída para pessoas com deficiência em Daca, Bangladeixe. Foto: Juliet Willets

Envolver organizações locais de advocacia: O envolvimento de organizações locais com experiência de trabalho com grupos desfavorecidos e de advocacia por esses mesmo grupos pode ser útil para identificar formas eficazes e respeitosas de garantir que os grupos desfavorecidos beneficiem de intervenções de saneamento rural. Por exemplo, no Camboja, o trabalho com Organizações de Pessoas com Deficiência ao nível local ajudou a chamar a atenção para esses grupos (ISF-UTS & SNV, 2018).

4ª Etapa: Monitoria dos resultados

Os executores ou prestadores de serviços devem desenvolver estratégias de como monitorar depois os resultados, de modo a assegurar que as desigualdades sejam reduzidas com êxito. Nesta secção, discutimos desafios comuns relativamente às cinco dimensões do êxito anteriormente apresentadas e possíveis maneiras de monitorar se se está a ter êxito.

Resultado 1: Todos, incluindo grupos desfavorecidos, passam a ter acesso a instalações de saneamento adequadas e aceitáveis.

Desafio: Os grupos desfavorecidos enfrentam um risco maior de não alcançar o estatuto ODF, de construir latrinas de qualidade inferior ou de voltar ao fecalismo a céu aberto após a implementação de programas de saneamento rural. Assim sendo, é necessário monitorar se o programa ou serviço de saneamento rural está a responder adequadamente às necessidades dos grupos desfavorecidos.

Monitoria: Para monitorar se todos, incluindo grupos desfavorecidos, estão a obter acesso a instalações de saneamento, **é essencial que haja dados desagregados**. O ODS 10 sobre redução da desigualdade insiste na desagregação de dados em todos os indicadores de ODS por «rendimento, sexo, idade, raça, etnia, estatuto migratório, deficiência e localização geográfica, ou outras características» (UNSD 2017 in Bain & Slaymaker 2018). A desagregação de dados seguindo estas indicações pode revelar diferenças alarmantes nas percentagens e números totais de diversos grupos de pessoas no acesso ao saneamento e na utilização do mesmo.

Há desafios na desagregação de dados a que é preciso dar resposta:

- **Custos elevados da recolha de dados:** A desagregação de dados tem implicações em termo de custo, já que são normalmente necessárias amostras maiores ou pesquisas adicionais para se inferir diferenças significativas entre grupos (OHCHR 2012). Embora os dados desagregados possam ter em custos significativos, defende-se que o sector de WASH deve olhar além dos argumentos de «rentabilidade na aplicação dos fundos» e reconhecer os custos de desenvolvimento humano que resultam de excluir pessoas (Roaf *et al.* 2018).
- **Potencial para aumentar o estigma:** Destacar as diferenças entre grupos de pessoas pode aumentar o estigma das pessoas desfavorecidas (Wilbur *et al.* 2018). Deve sempre aplicar se o princípio «não causar dano» e devem tomar-se medidas para proteger a privacidade e a confidencialidade dos membros da comunidade que participam na recolha de dados.
- **Classificação de pessoas em grupos sociais:** A identificação de pessoas

desfavorecidas pode ser um desafio, se os termos não forem sempre compreendidos ou se as pessoas desfavorecidas se mostrarem relutantes em ser identificadas. Por exemplo, a desagregação pode implicar critérios subjectivos, como a auto-identificação com um grupo social (OHCHR 2012). Nalguns casos, podem usar-se pesquisas standard internacionalmente reconhecidas, para determinar se alguém pertence a um determinado grupo (por exemplo, as perguntas do Grupo de Washington para pessoas com deficiências) (Wilbur et al. 2018).

O estudo de caso 3 (pág. 29) apresenta o programa de Saneamento Sustentável e Higiene para Todos da SNV (SSH4A) na Zâmbia e na Tanzânia. Neste programa (também implementado em 16 outros países de África e da Ásia), foram usados inquéritos cuidadosamente concebidos e administrados para monitorar o progresso do acesso, uso e manutenção de latrinas para cada quintil de riqueza e agregados familiares chefiados por mulheres.

Resultado 2: Todos usam sempre instalações de saneamento que são mantidas ao longo do tempo

Desafio: O estatuto ODF é muitas vezes medido em função de cada pessoa de uma comunidade ter acesso a uma casa de banho higiénica, mas não é raro alguns membros da família usarem a casa de banho de forma irregular (Chambers & Myers 2016). A pobreza, a idade, a deficiência e o género podem contribuir para o uso parcial. O número 7 de *Fronteiras do CLTS*, "[Normas, Conhecimento e Uso](#)", aprofunda este problema e as suas possíveis soluções. O reforço do ambiente propício, para assegurar que sejam mantidos os bons comportamentos e a manutenção técnica (por exemplo, esvaziamento das fossas), é fundamental para incentivar a continuação da utilização ao longo do tempo, como discutido no número 4 de *Fronteiras do CLTS*, "[Sustentabilidade e CLTS: Ponto da Situação](#)" (Cavill et al. 2015).

Monitoria: O uso da casa de banho é normalmente monitorado através de declarações dos inquiridos em questionários ou diários feitos pelos usuários, embora os estudos sugiram que é comum exagerar-se na utilização que é declarada por esses métodos (Sinha et al., 2016). Se forem usados métodos de declaração pelo próprio para monitorar o uso de latrinas, podem conseguir-se resultados mais precisos



Fossa de latrina cheia, aldeia de Syedpur, Bangladexe. Foto: Suzanne Hanchett

perguntando aos membros do agregado familiar se usaram casas de banho nas últimas 48 horas (e segmentar os dias em manhã, tarde e noite) do que perguntar a grupos de membros da família quantas vezes eles geralmente, ou em média, usam uma latrina por dia (Sinha *et al.*, 2016). As perguntas também devem cobrir as alternativas possíveis (por exemplo, «Defeca a céu aberto ou usa latrina?», e não «Usa latrina?») (Coffey & Spears, 2014). As declarações dos inquiridos podem ser comparadas com as observações das condições da latrina (por exemplo, para verificar se uma latrina que se declara como estando em uso está realmente em condições de ser utilizada e funcional, ou se é necessário esvaziar a fossa). Estes dados devem ser desagregados, quando possível, para saber se determinados grupos estão a usar latrinas com menos frequência que outros. Os processos de monitoria e os respectivos mecanismos para tentar evitar o retrocesso ao fecalismo a céu aberto e a desigualdade devem ser institucionalizados nas estruturas dos prestadores de serviços ou das autoridades de serviço para ajudar a que se a utilização se prolongue.

Resultado 3: Mecanismos de apoio institucionalizados nos processos governamentais, privados e de outros sectores

Desafio: Cabe muitas vezes às instituições autárquicas garantir a prestação de serviços de saneamento, mas estas instituições podem ter falta de recursos financeiros, de poder decisório e de capacidade de recursos humanos para implementar mecanismos de apoio. Ao mesmo tempo, o sector privado pode não achar rentável dar prioridade às necessidades dos grupos desfavorecidos. Advocacia por uma maior contemplação da igualdade de saneamento no orçamento e na planificação governamentais e pelo desenvolvimento de modelos de negócios em prol dos pobres podem ajudar a resolver esses problemas. Além

disso, há risco de corrupção quando há incentivos financeiros envolvidos. Os mecanismos de prestação de contas devem ser cuidadosamente concebidos e aplicados.

Monitoria: Podem fazer-se análises de documentos do governo ou entrevistas com autoridades governamentais e outros informantes-chave, para determinar até que ponto os processos governamentais foram elaborados para abordar a igualdade de saneamento. Por exemplo, no **estudo de caso 2** (pág. 25), o programa Abordagem Faseada do Saneamento Total (*Phased Approach to Total Sanitation*, PhATS) monitorou se era criado um orçamento



Empresário de saneamento fabricando casas de banho de baixo custo no leste da Indonésia. Foto : Janina Murta

de saneamento para as unidades autárquicas. Para o sector privado, podem ser feitas avaliações iniciais de linha de base por meio de entrevistas com empresários, para compreender até que ponto eles procuram chegar a grupos desfavorecidos, e uma monitoria mais sofisticada sobre a quem estão essas empresas realmente a chegar provavelmente exigirá uma estreita cooperação e um alargamento dos seus processos de identificação de clientes.

Resultado 4: Os mecanismos de apoio financeiro ou com materiais, para aumentar o acesso ao saneamento numa determinada zona, não têm involuntariamente um efeito negativo no progresso noutras zonas, nem prejudicam os mercados de WASH.

Desafio: Se se introduzem mecanismos de apoio numa comunidade – especialmente os que incluem subsídios financeiros –, outras podem ouvir falar disso e atrasar a construção das suas próprias casas de banho, na expectativa de também poderem receber apoio financeiro ou em espécie (Crocker *et al.* 2016). Além disso, podem candidatar-se pessoas que (consciente ou inconscientemente) não reúnem as condições para receber apoio. Dar a conhecer de forma clara a intenção e os processos para fornecimento de apoio pode ajudar a gerir as expectativas. Os subsídios financeiros e de materiais também podem distorcer os mercados locais pondo em situação de desvantagem outros fornecedores que não participem na intervenção. Uma forma possível de mitigar esse efeito é oferecer apoio a todos os fornecedores de uma certa zona que cumpram determinados critérios de elegibilidade (por exemplo, um critério pode ser o fornecedor ter participado numa formação sobre fornecimento de bens e serviços seguros organizada pelo governo ou por uma ONG) (Dwan & Bond 2016).

Monitoria: Uma maneira de monitorar se foram afectadas as atitudes noutras comunidades é envolver o governo local. Por exemplo, numa avaliação do subsídio em prol dos pobres da SNV para o saneamento rural no Camboja, foram entrevistadas as autoridades governamentais das comunidades e das aldeias, que afirmaram que não houve impacto negativo na motivação das famílias que não tinham direito a subsídio e que era claro para todos que os mecanismos se destinavam às famílias mais pobres (Murta *et al.* 2017). No entanto, isso foi possível, em parte, porque o sistema de identificação oficial dos pobres do governo do Camboja é bem conhecido e aceite como sistema de avaliação e identificação da pobreza. Muitos outros países não têm um sistema de avaliação ou identificação que seja tão conhecido e tão bem aceite. Sistemas sólidos para verificar as solicitações de elegibilidade com base em dados de monitoria (ver, por exemplo, **estudo de caso 1**, p. 22) podem ajudar a reduzir os erros de inclusão. A estagnação dos preços, mesmo com o aumento dos custos de material, pode indicar que o mercado foi afectado. Entrevistas qualitativas com fornecedores que não participem na intervenção ou com outros informantes-chave (por exemplo, associações empresariais locais)

podem revelar se o mecanismo afectou directamente o que as pessoas estão dispostas a pagar.

Resultado 5: O custo dos mecanismos de apoio não é proibitivo para o aumento de escala.

Desafio: A inclusão de mecanismos de apoio pode elevar significativamente os custos e a complexidade dos programas de saneamento e da prestação de serviços. Alguns mecanismos de apoio podem ser eficazes na produção de resultados equitativos ao nível local, mas difíceis de aplicar a maior escala, porque os custos do programa se tornam muito elevados ou as estruturas necessárias para gestão e administração não estão em vigor aos níveis regional ou nacional. Alguns mecanismos também podem exigir uma capacidade significativa de recursos humanos (por exemplo, facilitadores competentes), que não está disponível em todo o lado. Quando se analisa a relação custo-benefício, é importante ter em consideração os benefícios a longo prazo, porque os retornos económicos dos investimentos em saneamento vão surgindo com o tempo e quando toda a gente numa determinada zona usa uma casa de banho higiénica.

Monitoria: A recolha de dados sobre o custo do mecanismo de apoio por agregado familiar (ou por pessoa) é importante para determinar se ele pode ser aplicado a uma escala mais ampla. Os custos que devem ser verificados são os que decorrem do próprio mecanismo (por exemplo, o valor de um subsídio ou de materiais/tecnologia fornecida), do tempo e trabalho para levar à prática o mecanismo (por exemplo, para formar novos facilitadores ou para se deslocar aos locais de intervenção) e de monitoria e verificação, além das categorias de custo standard do programa (ver WaterAid, Plan International & UNICEF 2018). Pode extrapolar-se o custo para um nível regional ou nacional, para determinar se é viável a aplicação do mecanismo a uma escala mais ampla.

Como se pode saber se um mecanismo de apoio realmente funciona?

Desenvolver métodos para determinar se um determinado mecanismo de apoio «funciona» ou não depende da natureza do mecanismo e do contexto local. Defende-se muitas vezes que ensaios aleatórios controlados geram os dados mais rigorosos, mas estes estudos podem ser difíceis e caros de implementar, normalmente não fornecem percepções qualitativas sobre como ou por que razão os mecanismos funcionam e podem suscitar graves dilemas éticos quando enfocados em grupos desfavorecidos. No geral, parcerias mais sólidas entre profissionais e pesquisadores na elaboração de estudos para casos específicos ajudarão a enfrentar os desafios contextuais e a construir uma base de dados factuais sobre a eficácia dos mecanismos (Venkataramanan *et al.* 2018).

5ª Etapa: Difusão de conhecimentos, aprendizagem e adaptação

Os dados em si não levarão a uma redução das desigualdades. Antes de implementar um programa, tem de estabelecer um orçamento e um plano para decidir como os dados serão analisados e a quem caberá interpretar a análise, explicar como se traduzirão na prática as constatações feitas e identificar quando é que o programa pode ser adaptada ao contexto, com base no que se aprendeu. O programa deve ser adaptado em conformidade com as definições iniciais de impactos e resultados de saneamento rural equitativo bem-sucedidos, tal como acordado antes da implementação (e, de preferência, de acordo com as metas do ODS 6.2)

As informações recolhidas nos processos de monitoria também contribuirão para a criação de uma base de dados factuais que o sector de WASH possa usar para conceber e implementar intervenções de saneamento mais eficazes e mais equitativas. Os líderes devem reservar tempo, espaço e recursos para divulgação do conhecimento e aprendizagem. Os estudos indicam que, entre as organizações de WASH da sociedade civil, é fundamental a aprendizagem presencial com os colegas; que os relatórios são mais úteis quando são práticos, concisos e baseados em dados factuais; e que guias de execução prática ajudam, mas podem exigir orientação individual para serem levados à prática (Grant *et al.* 2016).

O momento certo: quando se devem introduzir mecanismos de apoio?

O momento em que um mecanismo de apoio deve ser introduzido nas intervenções de saneamento rural é um factor importante a ponderar. Há pouca documentação factual sobre o momento mais apropriado. O momento mais eficaz para implementar um mecanismo de apoio depende (i) da natureza do mecanismo de apoio e (ii) do contexto específico.

Em geral, a [Parte 1](#) desta publicação salientou que deve ser tida em conta a desigualdade no seio do agregado familiar e entre agregados familiares antes, depois e durante todas as fases de um programa de saneamento (House *et al.* 2017). Não há grande dúvida de que o desenvolvimento da liderança local para a mobilização da acção colectiva, a advocacia baseada em factos documentados em prol de grupos desfavorecidos e a promoção de tecnologias inclusivas de saneamento são proveitosas em todos os momentos.

No entanto, muitos mecanismos de apoio devem ser lançados no começo de uma intervenção. A integração de mecanismos nas orientações, estratégias, programas e orçamentos do governo pode ser um processo lento e deve ser bem pensado antes do início de um programa de saneamento rural. Os programas precisam de fazer pesquisas formativas desde o início, cujos resultados se

reflectirão nas actividades de implementação. Os incentivos a modelos de negócios em prol dos pobres também podem levar bastante tempo a montar, pelo que os programas de saneamento precisam de os lançar logo desde a fase inicial.

No caso de subsídios financeiros ou de materiais, há vantagens e desvantagens na disponibilização do subsídio ou na sua publicitação junto dos utentes no início do programa ou numa fase posterior:

Quadro 2. Vantagens e desvantagens da calendarização de subsídios financeiros e de materiais

	Vantagens	Desvantagens
Subsídio disponível perto do início da intervenção (por exemplo, ver subsídios à cabeça no estudo de caso 1, pg. 22).	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuda a permitir que os agregados familiares-alvo se mobilizem imediatamente. • Permite o transporte a granel de materiais/ produtos dos fornecedores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pode prejudicar a mudança de comportamento e soluções dirigidas pelos locais. • Tem potencial para distorcer os mercados locais.
Subsídio disponível só depois de atingido determinado limite de ODF ou depois de terem sido realizadas outras actividades ou alcançados outros resultados (por exemplo, ver recompensas comunitárias no estudo de caso 2, pág. 25).	<ul style="list-style-type: none"> • Incentiva a procura de saneamento e recompensa a mudança de comportamento. • Facilita a continuação da colaboração com as comunidades depois de atingido o ODF. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os agregados familiares pobres podem sentir vergonha e tomar decisões prejudiciais (por exemplo, vender bens para pagar pela latrina) (House et al. 2017). • Pode atrasar o percurso dos grupos desfavorecidos para o ODF.

Fonte: Adaptado de WASHPaLS 2018 e Willetts 2013.

É necessário construir a base de dados factuais sobre a altura de atribuição dos subsídios. Os executores devem procurar documentar as suas experiências, êxitos e desafios relativamente à atribuição de subsídios numa determinada fase do programa e discutir os factores contextuais que podem ter influenciado essas experiências, êxitos e desafios. Sempre que possível, devem comparar-se diferentes calendarizações dentro de um programa (por exemplo, através de um teste aleatório de controlo). A divulgação das conclusões com o sector de WASH é fundamental para consolidar experiências a fim de criar orientações informadas para profissionais e prestadores de serviços.

Eis algumas perguntas essenciais para ajudar a decidir em altura que são divulgados e disponibilizados à comunidade os subsídios financeiros e de materiais para o consumidor, e se devem ser introduzidos subsídios financeiros:

- Os dados existentes indicam altos níveis de pobreza que podem limitar a capacidade dos agregados familiares de construir latrinas de qualidade?
- Existe uma política governamental sobre em que altura do processo são apresentados e atribuídos subsídios financeiros e de materiais? Qual tem sido a experiência local com esse tipo de subsídio?
- A comunidade tem um historial de receber subsídios ou as comunidades próximas recebem subsídios?
- Há materiais localmente disponíveis para os agregados familiares construírem latrinas de qualidade ou precisam de assistência para os obter?

Estudos de caso sobre a implementação de mecanismos de apoio

Apresentamos a seguir três estudos de caso que cobrem o Vietname, as Filipinas, a Zâmbia e a Tanzânia. Cada um desses estudos de caso descreve intervenções que utilizaram diferentes combinações de mecanismos de apoio para chegar junto dos grupos desfavorecidos, bem como os seus êxitos e desafios.

Estudo de caso 1: Programa de Ajuda Baseada em Produtos de Higiene Comunitária (*Community Hygiene Output-Based Aid, CHOBA*) – Vietname

Executor: Fundação *East Meets West* (EMW) (Financiado pela Fundação Bill e Melinda Gates)

Âmbito: Visava alcançar 125.000 famílias pobres em 246 município em oito províncias das zonas rurais do Vietname, 2012 - 2016

Resumo do programa: O CHOBA foi concebido pela EMW para seguir uma Abordagem Baseada em Produtos (ABP) para acelerar a posse de latrinas higiénicas domésticas, com enfoque nos pobres rurais. Foram levadas a cabo actividades de despertar do tipo CLTS, para inspirar repugnância relativamente ao fecalismo a céu aberto e promover bons comportamentos de higiene. As famílias pobres tinham direito a empréstimos por intermédio da autarquia e quem comprasse e instalasse uma latrina recebia um subsídio de cerca de 28 USD. Os custos do programa foram de cerca de 50 USD por agregado familiar. A EMW concedia também uma transferência monetária condicionada (TMC) aos municípios que conseguissem um aumento de 30% na cobertura de saneamento em relação à linha de base e outra TMC se alcançassem 95% de cobertura de saneamento. O programa apoiou também a formação de pedreiros locais para construir latrinas e contratou a União

das Mulheres do Vietname (UMV) para promover a posse de latrinas e a boa higiene, para ajudar as famílias pobres no acesso aos empréstimos e para coordenar as sessões de formação para pedreiros locais. Também foram contratados os Comitês Populares da Comunidade (órgão autárquico) para fornecer apoio político e administrativo. A UMV e os Comitês Populares da Comunidade receberam incentivos em dinheiro por cada latrina construída por uma família pobre.



Agregado familiar do programa CHOPA residente em Tra Vin. Foto: Morgan Ommer

Combinação de mecanismos de apoio utilizados:

- Subsídios a famílias pobres;
- Empréstimos aos agregados familiares, geridos pela autarquia, para construção de latrinas;
- Transferências monetárias condicionadas para os municípios;
- Incentivos financeiros aos parceiros executores e ao governo local;
- Formação de pedreiros locais para construir latrinas;
- Envolvimento das instituições governamentais locais;
- Promoção de boa higiene e uso de casas de banho.

Grupos-alvo dos mecanismos de apoio: Os 40% mais pobres da população. Tinham direito a subsídios de latrinas as famílias que tinham um certificado de pobreza emitido pelo governo, que eram classificadas como «quase pobres» nos registos governamentais ou que enfrentavam «dificuldades económicas» segundo critérios de rendimentos e bens possuídos definidos pela EMW.

Resultados de inclusão: Foram construídas pela população-alvo 113.500 latrinas (40% dos agregados familiares mais pobres). A maioria destas latrinas, porém, foi construída por agregados familiares classificados como «enfrentando dificuldades económicas» segundo os critérios do EMW, muitos dos quais eram relativamente menos pobres que os agregados familiares com certificado de pobreza ou classificados como «quase pobres» em função do rendimento limiar do governo. Muitos líderes municipais achavam o limite de cobertura de saneamento de 95% para receber um TMC muito difícil de alcançar e, por isso, podiam nem sequer tentar alcançá-lo.

Assim sendo, a EMW ajustou o limite para 75% de cobertura, mas apenas 16 municípios o conseguiram atingir – bem menos que os 71 municípios que constituíam a meta do programa.

Monitoria e avaliação: A EMW estabeleceu uma base de dados que contém informação de base, recolhida junto de Comités Populares da Comunidade e Chefes de Aldeia, sobre acesso a saneamento doméstico e elegibilidade para subsídios nas zonas do programa. Os agregados familiares e comunidades que solicitaram subsídios ou TMCs foram verificados através de controlos pessoais de latrinas pela equipa da UMW ou da EMW e comparados com os dados do estudo de base, para confirmar que os requerentes eram elegíveis para o subsídio. Foi feito pela EMW um estudo aleatório controlado, que concluiu que o subsídio da ABP levou a um aumento significativo na adopção de latrinas, e que o subsídio da ABP foi mais eficaz que a TMC do município.

Principais reflexões/lições:

- Verificou-se que o subsídio da ABP é um mecanismo mais eficaz para aumentar a posse de latrinas entre os pobres que a TMC ou uma intervenção separada de comercialização de saneamento.
- O programa CHOBA conseguiu chegar aos agregados familiares com dificuldades, mas não chegou a todos os agregados familiares pobres da mesma forma. Isto pode ter sucedido porque o valor do subsídio ainda era insuficiente para as famílias mais pobres poderem pagar uma latrina e porque as famílias mais pobres se defrontavam com obstáculos no acesso a fontes de crédito, formais e informais.
- A criação de uma base de dados de Monitoria e Avaliação (M&A) sólida e abrangente foi fundamental para o êxito do programa CHOBA e é uma componente importante de qualquer ABP.
- Deve haver um equilíbrio entre garantir um elevado nível de precisão de relatórios da verificação e o custo. Por exemplo, demorou-se muito tempo a fazer formação de executores locais para levar a cabo actividades de M&A de forma fiável e rigorosa.
- Foi importante uma pesquisa rigorosa para demonstrar o impacto dos mecanismos de apoio do CHOBA, mas surgiram desafios com a implementação do estudo. Os parceiros da autarquia resistiram a apoiar administrativamente um teste aleatório de controlo, devido à complexidade da sua realização. Além disso, a autarquia e os parceiros executores de parte de controlo do ensaio opuseram-se a não receber subsídios para os pobres nas suas zonas.

Fontes de informação: EMW 2016; Nguyen *et al.* 2013; Larsen & Connell 2015; revisto por Hanh Nguyen (EMW)

Estudo de Caso 2: Programa PhATS de recuperação do Haiyan – Filipinas

Financiador e coordenador: UNICEF

Âmbito: Visava alcançar 900.000 beneficiários em 40 municípios e seis províncias das Filipinas afectadas pelo «supertufão» Haiyan (2014 - 2016)

Resumo do programa: O programa Abordagem Faseada do Saneamento Total (PhATS) de recuperação do Haiyan visava eliminar o fecalismo a céu aberto e gradualmente fazer progredir as comunidades para níveis mais altos de serviços de saneamento após a calamidade do «supertufão Haiyan» nas Filipinas. O programa foi implementado por uma parceria de 12 ONGs e contrapartes governamentais. O programa PhATS dividiu o desenvolvimento de saneamento e higiene nas fases a seguir descritas — embora cada executor tivesse a sua abordagem específica:

- O grau de «zero fecalismo a céu aberto» (*Zero Open Defecation, ZOD*²):

Para alcançar este grau, 100% dos agregados familiares de uma comunidade devem usar uma casa de banho higiénica com sabão e água perto dela. Os parceiros executores (que incluem várias ONGs e contrapartes do governo local) usaram CLTS, comercialização de saneamento e campanhas de comunicação social para aumentar a procura de saneamento (alguns executores consideraram que o CLTS não era apropriado num contexto pós-emergência). No contexto pós-emergência, alguns executores deram subsídios em materiais e vales (avaliados em aproximadamente 135 USD, embora o montante tenha variado de executor para executor) a famílias pobres



Mãe e filho posando junto à sua casa de banho recém-construída numa zona afectada pelo Haiyan. UNICEF Filipinas 2014. Foto: Joey Reyna

² Zero fecalismo a céu aberto (ZOD) nas Filipinas refere-se a toda uma zona 100% livre de fecalismo a céu aberto

e vulneráveis, para ajudar à construção de latrinas (noutras condições que não a emergência, normalmente não é fornecida assistência financeira até depois de se ter alcançado o ZOD).

- O grau de «saneamento sustentável»: Os executores concederam às comunidades que obtiveram o grau ZOD a quantia de 500 USD (financiado pelo UNICEF), para desenvolverem as instalações de saneamento, de modo a torná-las mais higiénicas e sustentáveis. Isto incluía a concepção de contenção para permitir o esvaziamento seguro, vasos sanitários que impedem o contacto entre pessoas e excrementos e vasos sanitários que reduzem os odores desagradáveis, entre outros critérios. Os parceiros executores complementaram esta oferta dando formação a pedreiros e apoiando empresas locais para criar cadeias de fornecimento de saneamento. As comunidades alcançavam o grau de saneamento sustentável quando 100% dos agregados familiares utilizavam a sua própria casa de banho melhorada com instalações de lavagem das mãos, e 100% das instituições da comunidade tinham uma casa de banho melhorada.
- O grau de «saneamento total»: As comunidades que satisfizessem as condições do grau «saneamento sustentável» recebiam dos executores mais 600 USD para chegarem ao grau de «saneamento total». Para cumprir os requisitos de saneamento total, era preciso satisfazer todas as condições dos graus anteriores mais gestão de resíduos sólidos e líquidos, implementação de Planos de Segurança da Água para proteger as fontes de água e instalações de lavagem das mãos melhoradas que limitam a recontaminação causada pelas mãos sujas.

Os executores também ajudaram as unidades do governo local a desenvolver planos de WASH tendo em conta o risco de calamidades e a elaborar os seus próprios orçamentos para melhorias de saneamento.

Conjunto de mecanismos de apoio utilizados:

- Subsídios de materiais em espécie e em vales, para a construção de latrinas por famílias pobres e vulneráveis (em situações de emergência);
- Recompensas financeiras para as comunidades usarem para melhorar os serviços de saneamento;
- Apoio a empresas locais para criar cadeias de fornecimento de saneamento;
- Formação de pedreiros locais para construírem latrinas;
- Envolvimento de agências governamentais locais na planificação, implementação e monitoria de programas;

- Elaboração de planos de WASH e orçamentos de saneamento nas unidades autárquicas;
- Promoção e criação de procura do saneamento e higiene.

Grupos-alvo dos mecanismos de apoio: Cada parceiro executor tinha os seus próprios critérios e o seu próprio processo de verificação para identificar os beneficiários do subsídio de construção de latrinas. Os critérios podiam ser viver abaixo de um limiar de rendimento definido ou não haver ninguém no agregado familiar com trabalho permanente, o agregado familiar ser chefiado por uma mulher, haver um membro da família com deficiência e haver uma grávida na família. Alguns executores usaram um programa nacional de TMC (chamado 4Ps) para identificar agregados familiares desfavorecidos.

Resultados de inclusão: A percentagem de agregados familiares, nas áreas do programa PhATS, que usavam instalações de saneamento melhoradas não partilhadas subiu de 64%, no início, para 76%. A percentagem de agregados familiares praticando fecalismo a céu aberto não se alterou significativamente. É de notar, porém, que o programa PhATS seguiu uma fase intensa de resposta a emergência, que também incluía a promoção de saneamento e o fornecimento de instalações sanitárias partilhadas/comunitárias. Certificou-se que 937 comunidades alcançaram o grau ZOD e 288 o grau de saneamento sustentável. Não foram utilizados grupos de controlo durante as avaliações e não foram desagregados dados relativos a grupos pobres e vulneráveis.

Monitoria e avaliação: O Departamento Regional de Saúde dirigiu a elaboração de orientações de verificação, certificação e monitoria para cada grau, que foram seguidas por todos os parceiros executores. Isto incluía a verificação do estatuto de ZOD (com base nas directrizes nacionais) e outros requisitos para satisfazer cada grau seguinte, por uma equipa de verificação municipal (que incluía um verificador externo) e certificação por uma equipa provincial. Todos os parceiros executores apresentaram os seus relatórios em função de indicadores básicos acordados, que incluíam o uso de saneamento adequado, existência de instalações de lavagem das mãos no lar, unidades autárquicas com orçamentos de saneamento aprovados e número de pessoas a viver em comunidades certificadas ODF.

Principais reflexões/lições:

- Como resultado da grande devastação causada pelo tufão Haiyan, houve muita procura de mão-de-obra qualificada e materiais de construção. Esta questão, juntamente com o facto de outras ONGs estarem a fornecer instalações de WASH altamente subsidiadas,

fez com que os agregados familiares se mostrassem relutantes em investir na construção das suas próprias casas de banho. Foi necessário um grande esforço para convencer as agências humanitárias a abandonar uma abordagem fortemente subsidiada.

- A atribuição de recompensas ou incentivos a uma comunidade deve ser proporcional ao número de agregados familiares que precisam de apoio, de modo a garantir resultados colectivos.
- Ao levar à prática uma abordagem subsidiada, é importante evitar riscos de parcialidade. Neste contexto, os potenciais beneficiários de subsídios para casas de banho devem ser identificados pelos conselhos locais em consulta com a comunidade e não por autoridades eleitas.
- Permitir que a comunidade decida e tome medidas relativamente a problemas ou questões que surjam durante a implementação do projecto fortalece essa mesma comunidade e dá-lhe sentido de responsabilidade.
- Mesmo num contexto pós-emergência, deve dar-se prioridade ao apoio para reforçar um ambiente geral propício a WASH. Quando se incluiu desde o início advocacia com líderes locais, houve um impacto positivo no nível de institucionalização do programa nas prioridades políticas, planos e orçamentos da autarquia.
- É necessária uma estratégia definida para criação de procura pós-ZOD, para garantir que as principais mensagens referentes a ZOD e lavagem das mãos em momentos importantes sejam adequadamente reforçadas.
- O investimento das autarquias em saneamento aumentava quando havia a perspectiva de as comunidades passarem do fecalismo a céu aberto a níveis de serviço mais elevados.

Fontes de informação: Robinson & Gnilo, 2016; UNICEF, 2016; revisto por Louise Maule (UNICEF Filipinas) e Andy Robinson (consultor independente).

Estudo de caso 3: Saneamento e Higiene Sustentáveis para Todos (*Sustainable Sanitation and Hygiene for All, SSH4A*) – Zâmbia e Tanzânia

Executor: SNV (financiada pelo DFID)

Âmbito: Visava quatro distritos na Província Norte da Zâmbia e cinco distritos nas zonas do Lago e do Norte, na Tanzânia, 2014 – 2017

Resumo do programa: O programa SSH4A centrava-se em resultados de saneamento em todo o distrito e num empenho a longo prazo para preservar mudanças no saneamento e no comportamento de higiene. Assentava num quadro composto por quatro componentes complementares: criação de procura de saneamento; cadeias de fornecimento de saneamento e finanças; comunicação de mudança comportamental de higiene; e governação de WASH. As actividades eram apoiadas por um conjunto de actividades didácticas e monitoria de desempenho, e baseavam-se em quase uma década de experiência na implementação do SSH4A noutros países.

Na Zâmbia, houve múltiplas actividades, como, por exemplo:

- Durante as sessões de despertar de CLTS, houve promotores comunitários a explicar aos agregados familiares que latrinas cumprem os padrões do governo
- Foram criados grupos de comercialização de saneamento para reunir recursos financeiros ao nível da aldeia, para comprar latrinas em quantidade e reduzir assim os custos para os grupos mais pobres.
- As mensagens de mudança de comportamento foram tornadas mais específicas através de pesquisa formativa e adaptadas a públicos determinados (por exemplo, quintil mais pobre, agregados familiares chefiados por mulheres).

Na Tanzânia, realizaram-se também várias actividades:

- Os líderes locais receberam apoio para comunicar mensagens de mudança de comportamento de saneamento, que foram adaptadas a públicos específicos (por exemplo, agregados familiares chefiados por mulheres, agregados familiares com pessoas com deficiência).
- Os empresários locais receberam apoio para comercializar e construir latrinas duráveis de baixo custo e para melhorar latrinas básicas.
- Foram distribuídos folhetos para ajudar os agregados familiares a tomar decisões informadas sobre projectos de saneamento inclusivo para pessoas com deficiências.

Grupos-alvo dos mecanismos de apoio: Os programas nacionais da Zâmbia e da Tanzânia incidiam ambos em distritos que tinham taxas relativamente baixas de cobertura de saneamento e que receberam pouco apoio em campanhas de saneamento recentes a nível nacional. Nos distritos, foram identificados como vulneráveis, por estudos de pesquisa formativa, o quintil mais pobre, os agregados familiares chefiados por mulheres e as pessoas com deficiência.

Resultados de inclusão: Na Zâmbia, o fecalismo a céu aberto nos distritos baixou de 50% para 5% no total. Para o quintil mais pobre, o fecalismo a céu aberto baixou de 91% para 11%. No que toca aos agregados familiares chefiados por mulheres, o fecalismo a céu aberto baixou de 57% para 7%. A percentagem de pessoas que usam e gerem uma casa de banho funcional, limpa e privada aumentou de 7% para 70% para todos os agregados familiares, de 1% para 56% para o quintil mais pobre, de 6% para 68% para os agregados familiares chefiados por mulheres e de 7% para 66% para os agregados familiares com pessoas com deficiência.

Na Tanzânia, o fecalismo a céu aberto baixou de 36% para 2% para todos os agregados familiares, de 76% para 9% para o quintil mais pobre, de 40% para 3% para agregados familiares chefiados por mulheres e de 34% para 3% para agregados familiares com pessoas com deficiências. A percentagem de pessoas que usa e gere uma casa de banho funcional, limpa e privada aumentou de 4% para 41% para todos os agregados familiares, de 0% para 33% para o quintil mais pobre, de 4% para 40% para agregados familiares chefiados por mulheres e de 4% para 42% para agregados familiares com pessoas com deficiências.

Principais reflexões/lições: Foram realizadas cinco rondas de inquéritos domiciliários durante a duração do projecto, para documentar os resultados. Foram utilizadas duas rondas de discussões em grupos focais para medir qualitativamente indicadores de sustentabilidade pré-elaborados. Os dados do inquérito aos agregados familiares foram desagregados em diferentes grupos vulneráveis identificados pela pesquisa formativa. Os dados qualitativos foram quantificados para medir indicadores usando um Sistema de Informações Qualitativas (ou seja, atribuindo uma «pontuação» a descrições curtas e factuais de uma situação). A SNV fez uma parceria com pesquisadores da Emory University para analisar os dados e avaliar os resultados.

Principais reflexões/lições:

- Foram fundamentais estudos incidindo na identificação de grupos vulneráveis, realizados em colaboração com a autarquia e a sociedade civil, para canalizar o apoio e desagregar dados para monitorar o progresso.

- É importante ser realista e compreender que tentar resolver questões sistêmicas de desvantagem leva tempo e há obstáculos que não podem ser eliminados a curto prazo.
- Atingir o saneamento em toda uma área requer que se faça um trabalho substancial, desde o início do programa, com os grupos desfavorecidos, em relação a outros grupos.
- Há uma tensão entre adaptar o apoio aos contextos locais e manter o apoio suficientemente padronizado para ser ampliado a maiores escalas de forma eficiente.
- A identificação de grupos desfavorecidos pode ser difícil e pode exigir recursos substanciais.
- Nos distritos que têm baixos níveis generalizados de acesso a saneamento, é difícil dizer quais são os grupos mais desfavorecidos. Quando os níveis de acesso no distrito começam a subir, torna-se mais evidente que grupos precisam de apoio específico.

Fontes de informação: ISF-UTS & SNV 2018; SNV 2017a; SNV 2017b; revisto por Anne Mutta (SNV).

Há três lições transversais aos três estudos de caso:

1. Para identificar grupos desfavorecidos e assegurar que o apoio chegue a estes grupos, são necessários investimentos adicionais em monitoria e avaliação, mas estes investimentos valem a pena;
2. A participação do governo local e de outros actores locais é fundamental para implementar e institucionalizar mecanismos de apoio; e
3. O apoio deve ser adaptado aos níveis e aos tipos de necessidade – nem todas as comunidades e grupos desfavorecidos exigem a mesma quantidade ou o mesmo tipo de apoio.

E a seguir? Medidas para apoiar resultados equitativos

O sector de WASH está a focar a atenção em resultados equitativos de saneamento por intermédio de mecanismos de apoio, mas a aplicação destes mecanismos de apoio deve tornar-se mais sistemática, assente em dados factuais e continuada. Apresentamos a seguir algumas medidas que os profissionais, pesquisadores e formuladores de políticas podem tomar a curto prazo para acelerar a realização continuada do saneamento para todos em todas as formas de programas de saneamento e prestação de serviços. Deve pensar-se cada um destes pontos no quadro dos «princípios para garantir que as pessoas que podem estar em desvantagem beneficiem efectivamente dos programas e processos de saneamento», apresentados na [Parte 1](#) desta publicação.

- Criar metas específicas para programas e prestação de serviços para alcançar numa determinada área o estatuto de livre de fecalismo a céu aberto com progresso equitativo em todos os grupos.
- Ponderar se há condições favoráveis para uma abordagem convencional de CLTS ou se são necessários mecanismos de apoio adicionais para grupos desfavorecidos.
- Trabalhar com autoridades locais, defensores e representantes de grupos desfavorecidos, em todas as fases da intervenção, respeitando sempre os princípios de respeito e de não causar danos.
- Desenvolver indicadores ou abordagens fundamentais de monitoria e avaliação para garantir que todos possam ter acesso a uma casa de banho higiénica e a utilizem.
- Orçamentar e planear a recolha de dados desagregados, para monitorar e verificar o progresso equitativo até ao ODF e depois de o atingir, e fazer planos de como estes dados serão usados.
- Envolver o governo local e outros actores do sector na formulação, implementação e monitoria de mecanismos de apoio, elaborando planos claros de como os mecanismos de apoio podem ser institucionalizados com transparência e prestação de contas.
- Elaborar um pacote de mecanismos de apoio que possam ser implementados em conjunto para se complementarem uns aos outros, combinando, nomeadamente, mecanismos financeiros com outros mecanismos de apoio.
- Na concepção de mecanismos de apoio, gerir os custos do programa e a complexidade da implementação desses mecanismos de forma a que possam ser institucionalizados e aplicados a uma escala maior.

- Conceber mecanismos de apoio e processos de implementação que sejam compreensíveis para as comunidades e procurar a sua participação na tomada de decisões sobre como utilizar esses mecanismos e sobre quem deve ser apoiado
- Considerar etapas depois do ODF e ponderar como os grupos desfavorecidos avançarão rumo ao saneamento gerido com segurança.
- Fazer parcerias entre executores e investigadores, para criar documentação factual para determinar que mecanismos funcionam em que contextos.
- Documentar as conclusões sobre êxito e desafios relativamente ao apoio a resultados equitativos, incluindo a melhor forma de incluir o conhecimento e as experiências de grupos desfavorecidos e de os divulgar amplamente no sector, por exemplo, através do website do CLTS Knowledge Hub (www.communityledtotalsanitation.org).

Além disso, há áreas do sector de WASH que requerem mais pesquisa ou uma cuidadosa reflexão, para melhor servir de base aos próximos passos de programação equitativa de saneamento rural e da prestação de serviços. São as seguintes:

- Indicadores comuns de avaliação para medir o progresso equitativo rumo às metas do ODS 6.2.
- Dados desagregados para acompanhar o progresso diferenciado rumo ao uso continuado de instalações sanitárias higiénicas.
- Dados factuais sobre quando é apropriado introduzir mecanismos de apoio ou quando se devem utilizar intervenções convencionais de CLTS.
- Dados factuais sobre que combinações de mecanismos de apoio funcionam para diferentes grupos de desfavorecidos em contextos variados.
- Dados factuais sobre qual a altura adequada para introduzir mecanismos de apoio, especialmente subsídios ao consumidor, financeiros e de materiais.
- Estratégias para verificação eficiente do uso regular da casa de banho por todos os indivíduos, inclusive onde se usar saneamento partilhado.

Resumo das principais lições

1. A experiência que começamos a ter mostra que os programas de saneamento rural muitas vezes não conseguem chegar como deviam aos grupos mais desfavorecidos. Mecanismos de apoio podem ajudar a garantir que ninguém seja deixado de lado.
2. O apoio a grupos desfavorecidos nem sempre é estritamente material ou não material – os dois tipos de apoio geralmente precisam de ser combinados de forma eficaz.
3. Há pouca documentação de experiências e dados factuais de resultados para mecanismos de apoio, especialmente em contextos africanos. É fundamental planificar e atribuir orçamentos para monitorar resultados e impactos, e divulgar lições aprendidas para fortalecer a base de dados factuais para concepção de apoio eficaz.
4. O êxito na utilização de mecanismos de apoio significa que o saneamento melhorado cobre toda uma zona e é usado por todos em toda a zona, que se reforça o ambiente propício, que as melhorias numa zona não impedem o progresso noutras zonas nem prejudicam os mercados e que os mecanismos de apoio podem ser aplicados a uma escala mais ampla.
5. Ao identificar grupos desfavorecidos para apoio, é importante questionar os pressupostos sobre quem precisa de que tipos de apoio e partir de factos comprovados. A identificação deve ser considerada um processo contínuo, monitorado e avaliado para garantir que os beneficiários visados estão a receber o apoio de que precisam.
6. Há que aceitar compromissos no equilíbrio entre simplicidade, transparência e abrangência quanto à identificação de grupos para apoiar, implementação de mecanismos de apoio e monitoria da igualdade de resultados.
7. Não há «altura certa» para introduzir mecanismos de apoio – isso depende da natureza dos mecanismos e do contexto. Há que fazer perguntas críticas sobre as vantagens e desvantagens de introduzir mecanismos em determinados momentos.
8. Deve aproveitar-se ao máximo os dados recolhidos e as experiências documentadas, concebendo processos para os incorporar na planificação de intervenções posteriores e divulgando as lições aprendidas junto de todo o sector WASH.

Bibliografia

- Bain, R. & Slaymaker, T. (2018) "Progress in tracking Inequalities: Lessons from MDG Monitoring" in O. Cumming & T. Slaymaker (eds) *Equality in Water and Sanitation Services*, pp3-25, Oxon, UK: Routledge
- Cavill, S. com Chambers, R. e Vernon, N. (2015) "Sustentabilidade e CLTS: Ponto da Situação", *Fronteiras do CLTS: Inovações e ideias*, Número 4, Brighton: IDS, <https://www.communityledtotalsanitation.org/resources/frontiers/sustentabilidade-e-clts-ponto-da-situa-o> (consultado a 11 de Junho de 2019)
- Cavill, S., Roose, S., Stephen, C. & Wilbur, J. (2016) "Putting the Hardest to Reach at the Heart of the Sustainable Development Goals", in P. Bongartz, N. Vernon, and J. Fox (eds) *Sustainable Sanitation for All: Experiences, Challenges, and Innovations*, (245–266), Rugby, UK: Practical Action Publishing, <https://www.developmentbookshelf.com/doi/pdf/10.3362/9781780449272.015> (consultado a 11 de Junho de 2019)
- Chambers, R. & Myers, J. (2016) "Normas, Conhecimento e Uso", *Fronteiras do CLTS: Inovações e ideias*, Número 7, Brighton: IDS, <https://www.communityledtotalsanitation.org/resources/frontiers/normas-conhecimento-e-uso> (consultado a 11 de Junho de 2019)
- Coffey, D. & Spears, D. (2014) *How Can a Large Sample Survey Monitor Open Defecation in Rural India for the Swatch Bharat Abhiyan*, Working Draft, http://www.susana.org/_resources/documents/default/3-2176-7-1424791330.pdf (consultado a 11 de Junho de 2019)
- Crocker, J., Abodoo, E., Asamani, D., Domapielle, W., Gyapong, B. & Bartram, J. (2016) "Impact Evaluation of Training Natural Leaders During a Community-Led Total Sanitation Intervention: a Cluster-Randomized Field Trial in Ghana", *Environmental Science & Technology*, 50.16: 8867-75
- Cronin, A. A., Gnilo, M. E., Odagiri, M. & Wijesekera, S. (2017) "Equity Implications for Sanitation from Recent Health and Nutrition Evidence", *International Journal for Equity in Health*, 16.1: 211
- Cumming, O. & Curtis, V. (2018) "Implications of WASH Benefits Trials for Water and Sanitation", *The Lancet Global Health*, 6.6: e613
- Dwan, P. & Bond, M. (2016) *Evaluation Report: WaterSHED's Hands-Off Sanitation Marketing Program*, Australia : FH Designs
- EMW (2016) *Community Hygiene Output-Based Aid (CHOBA): Project completion report*, Oakland : Thrive Networks
- Gero, A. & Willetts, J. (2019, in press) "Securing a Conducive Environment for Water, Sanitation and Hygiene Markets: The Role of Local Government", *Waterlines*
- Grant, M., Murta, J., Willetts, J., Carrard, N. & Powell, B. (2016) *Civil Society Organisations' Learning for Impact in Water, Sanitation and Hygiene Programming: Report for the CS WASH Fund*, Sydney : UTS-ISF
- House, S., Cavill, S. & Ferron, S. (2017) "Igualdade e Não-Discriminação (IGND) em programas de saneamento de grande escala", *Fronteiras*

- do CLTS: Inovações e ideias, Número 10, Brighton: IDS, <https://www.communityledtotalsanitation.org/resources/frontiers/igualdade-e-n-o-discrimina-o-ign-d-em-programas-de-saneamento-de-grande-escala> (consultado a 11 de Junho de 2019)
- iDE. (s.d.) *iDE's Approach to Sanitation Marketing*, <https://cdn-ms.ideglobal.org/www/documents/iDE-Sanitation-Marketing-Best-Practices.pdf?mtime=20181228141047> (consultado a 24 de Maio de 2019)
- ISF-UTS (2016) *Driving Equality in Water and Sanitation Services Delivered by Enterprises: Guidance for Civil Society Organisations*, Sydney: ISF-UTS, <http://enterpriseinwash.info/> (consultado a 26 de Junho de 2019)
- ISF-UTS & SNV (2018) *Sanitation for All: A Comparative Study of Approaches to Leaving No One Behind Across Five Countries*, The Hague: SNV, https://www.uts.edu.au/sites/default/files/article/downloads/SNV%20ISF_San4All_ACMprativStudy_2018%5B1%5D.pdf (consultado a 26 de Junho de 2019)
- Jenkins, M. & Pedi, D. (2013) *Guidance Note 8: Equity in Sanitation Marketing: How Can We Support the Market to Reach the Poorest?*, New York, USA
- Kar, K. & Chambers, R. (2008) *Handbook on Community-Led Total Sanitation*, London & Brighton: Plan International & IDS, <https://www.communityledtotalsanitation.org/sites/communityledtotalsanitation.org/files/media/cltshandbook.pdf> (consultado a 26 de Junho de 2019)
- Larson, A. & Connell, J. (2015) *Verification of Sanitation Outcomes in Vietnam and Cambodia through the CHOPA Project: Final Report*, Social Dimensions, Geraldton, Australia
- Murta, J., Foster, T. & Willetts, J. (2017) *Review of SNV's Pro-Poor Support Mechanism in Banteay Meas, Cambodia*, Sydney: ISF-UTS
- Musembi, C.N. & Musyoki, S.M. (2016) "O CLTS e o Direito ao Saneamento", *Fronteiras do CLTS: Inovações e ideias*, Número 8, Brighton: IDS, <https://www.communityledtotalsanitation.org/resources/frontiers/o-clts-e-o-direito-ao-saneamento> (consultado a 11 de Junho de 2019)
- Myers, J., Maule, L., Gnilo, M., Chambers, R. & Cavill, S. (2017) "Apoiar os Menos Capazes ao Longo do CLTS e Depois do CLTS", Nota de Reflexão do *CLTS Knowledge Hub* 3, Brighton: IDS, <https://www.communityledtotalsanitation.org/resource/apoiar-os-menos-capazes-ao-longo-do-clts-e-depois-do-clts> (consultado a 11 de Junho de 2019)
- Nguyen, H. H., Ljung, P. & Nguyen, M. C. (2013) *Targeting the Poor in Sanitation and Hygiene Programs Through Result-Based Financing in Vietnam*, Oakland: Thrive Networks
- OHCHR (2012) *Human Rights Indicators: A Guide to Measurement and Implementation*, Geneva: OHCHR
- Papafiliippou, N., Templeton, M. & Ali, M. (2011) "Is There a Role for External Technical Support in the Community-Led Total Sanitation (CLTS) Approach?", *International Development Planning Review*, 33.1: 81-94
- Roaf, V., de Albuquerque, C. & Heller, L. (2018) "The Human Rights to Water and Sanitation: Challenges and Implications for Future Priorities", in O.

- Cumming & T. Slaymaker (eds) *Equality in Water and Sanitation Services* (26-45) Oxon, UK: Routledge
- Robinson, A. & Gnilo, M. (2016) "Beyond ODF: a Phased Approach to Rural Sanitation Development", in P. Bongartz, N. Vernon, & J. Fox, (eds) *Sustainable Sanitation for All: Experiences, Challenges, and Innovations* (155-166), Rugby: Practical Action Publishing Ltd, <https://www.communityledtotalsanitation.org/resource/un-assainissement-durable-pour-tous-exp-riences-d-fis-et-innovations> (consultado a 26 June 2019)
- Sinha, A., Nagel, C. L., Thomas, E., Schmidt, W. P., Torondel, B., Boisson, S. & Clasen, T. F. (2016) "Assessing latrine Use in Rural India: A Cross-Sectional Study Comparing Reported Use and Passive Latrine Use Monitors", *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, 95.3: 720-727
- SNV (2015) *Barriers and Facilitators to Hygienic Use and Maintenance of Latrines and Handwashing with Soap in Sarlahi, Mahottari, Siraha and Saptari Districts of the Terai, Népal*, Kathmandu: SNV
- SNV (2017a) *Tanzania – SSH4A Results Programme Endline Brief*, The Hague: SNV
- SNV (2017b) *Zambia – SSH4A Results Programme Endline Brief*, The Hague: SNV
- UNICEF (2016) *Final narrative report – WASH Haiyan Recovery*, Manila: UNICEF
- UNSD (2017) *Report of the Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators*, UNSD : New York
- Venkataramanan, V., Crocker, J., Karon, A. & Bartram, J. (2018) "Community-Led Total Sanitation: A Systematic Review of Evidence and its Quality", *Environmental Health Perspectives*, 126.2: 26001
- WASHPaLS (2018) *Research Project #2: CLTS + Subsidies Inception Report*, Washington D.C.: USAID
- WaterAid, Plan International & UNICEF (2018) *Guidance on Costing of Rural Sanitation Approaches*, London: WaterAid
- WHO (2018) *Guidelines on Sanitation and Health*, Geneva: WHO
- Wilbur, J., Gosling, L. & Jones, H. (2018) "Breaking the barriers: disability, ageing and HIV in inclusive WASH programming", in O. Cumming & T. Slaymaker (eds) *Equality in Water and Sanitation Services*: 157–175, Oxon, UK: Routledge
- Willetts, J. (2013) *Supporting the Poor to Access Sanitation in Bokeo Province, Laos*, Sydney: UTS-ISE, <https://www.uts.edu.au/sites/default/files/article/downloads/willetts2013supportingpoorinsanitation.pdf> (consultado a 26 June 2019)
- Willetts, J. et Powell, B. (2016) *Financing Sanitation: Finding a Middle Path to Reach the Poor*, Brisbane: CS WASH Fund, http://enterpriseinwash.info/wp-content/uploads/2019/01/Willetts-and-Powell_2016_LearningBrief_Financing-sanitation-to-reach-the-poor.pdf (consultado a 26 June 2019)

Sobre os autores

Jeremy Kohlitz é Consultor Sénior de Pesquisa na Universidade de Tecnologia de Sydney – Instituto de Futuros Sustentáveis e é especializado em pesquisa interdisciplinar e aplicada sobre WASH.

Naomi Carrard é Directora de Pesquisa da Universidade de Tecnologia de Sydney – Instituto de Futuros Sustentáveis e é especializada em pesquisa aplicada que serve de base a políticas e práticas de WASH.

Juliet Willetts é professora da Universidade de Tecnologia de Sydney – Instituto de Futuros Sustentáveis. Dirige pesquisa aplicada para melhorar a política e a prática de desenvolvimento e para promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável, incluindo o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao nível global.

Sobre a série

Trata-se de uma série de notas curtas que dão orientações práticas sobre novos métodos e abordagens, e que reflectem sobre questões mais amplas.

Agradecemos comentários, ideias e sugestões.

Contacte-nos no site clts@ids.ac.uk

Outros títulos desta série

Todos os números estão disponíveis em www.communityledtotalsanitation.org/resources/frontiers

Número 1: Cole, B. (2013) “Desenvolvimento da Concepção Participativa para Saneamento”

Número 2: Maulit, J.A. (2014) “Como Despertar para a Lavagem das Mãos com Sabão”

Número 3: Wilbur, J. e Jones, H. (2014) “Deficiência: Tornar o CLTS Plenamente Inclusivo”

Número 4: Cavill, S. com Chambers, R. e Vernon, N. (2015) “Sustentabilidade e CLTS: Ponto da Situação”

Número 5: House, S. e Cavill, S. (2015) “Tornar a Higiene e o Saneamento Mais Seguros: Reduzir as Vulnerabilidades à Violência”

Número 6: Roose, S., Rankin, T. e Cavill, S. (2015) “Romper com o Tabu Seguinte: Higiene Menstrual no CLTS”

Número 7: Chambers, R. e Myers, J. (2016) “Normas, Conhecimento e Uso”

Número 8: Musembi, C. e Musyoki, S. (2016) “O CLTS e o Direito ao Saneamento”

Número 9: Greaves, F. (2016) “CLTS em Situações de Pós-Emergência e de Estados Frágeis”

Número 10: House, S., Cavill, S. e Ferron, S. (2017) “Igualdade e Não-Discriminação (IGND) em programas de saneamento de grande escala”

Número 11: Cavill, S., Mott, J. e Tyndale-Biscoe, P., com Bond, M., Huggett, C. e Wamera, E. (2018) “Envolver homens e rapazes em programas de saneamento e higiene”

Número 12: Myers, J. (ed.) (2019) “Saneamento Rural em África: Desafios, Boas Práticas e Caminhos a Seguir”

Apoio a mecanismos de reforço da Igualdade e Não-Discriminação (IGND) no saneamento rural (Parte 2 de 2)

Para se conseguir acesso adequado e equitativo ao saneamento para todos e o fim do fecalismo a céu aberto, há que dar especial atenção aos grupos desfavorecidos. Tornou-se evidente que os benefícios dos programas de saneamento rural e da prestação de serviços convencionais muitas vezes não são igualmente repartidos, correndo-se o risco de deixar de lado grupos desfavorecidos. Este número de Fronteiras do CLTS examina o potencial dos mecanismos de apoio concebidos para ajudar os grupos desfavorecidos a ter acesso a casas de banho higiénicas e a utilizá-las na promoção de resultados de saneamento rural mais equitativos. Cobre as ideias mais recente sobre as oportunidades e desafios dos mecanismos de apoio e explora o que ainda está por fazer.



**CLTS
Knowledge
Hub**

Ilustração de Jamie Eke

**Institute of Development Studies
da Universidade de Sussex, Brighton BN1 9RE**

Web www.communityledtotalsanitation.org

Email CLTS@ids.ac.uk

Twitter [@C_L_T_S](https://twitter.com/C_L_T_S)

Tel +44 (0)1273 606261

Fax +44 (0)1273 621202

IDS, instituição particular de solidariedade social:

Instituição de Solidariedade Social. 306371; Registada em Inglaterra 877338 N° de IVA. GB 350 899914

Saiba mais

Assine o boletim informativo de CLTS, partilhe as suas experiências e contribua para o site de CLTS através do e mail CLTS@ids.ac.uk